

# A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA FORMAÇÃO DE DOCENTES EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DO IFG ÁGUAS LINDAS

## HUMAN RIGHTS EDUCATION IN THE TRAINING OF TEACHERS OF BIOLOGICAL SCIENCES AT IFG ÁGUAS LINDAS

Maraisa Bezerra Lessa 1  
Filliph Lucena da Silva 2

**Resumo:** O artigo visa refletir sobre a formação de docentes em direitos humanos, a partir da experiência da disciplina Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação em Direitos Humanos, ofertada pela primeira vez no segundo semestre de 2022 no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFG Águas Lindas. A metodologia deste trabalho envolveu pesquisa bibliográfica, documental e trabalho de campo, pautada na observação participante, entrevista e aplicação de questionários. Concluiu-se que a disciplina, embora não tenha trabalhado todos os conteúdos propostos, contribuiu para a formação de docentes como sujeitos de direitos cientes da sua importância na promoção da cultura dos direitos humanos na escola, ao contar com o apoio da cultura institucional do curso e de metodologia sintonizada com pressupostos da educação em direitos humanos.

**Palavras-chave:** Formação Docente. Educação em Direitos Humanos. Licenciatura. Ciências Biológicas.

**Abstract:** This article aims to reflect on the training of teachers in human rights, from the experience of the discipline Theoretical and Methodological Foundations of Human Rights Education, offered for the first time in the second semester of 2022 in the Biological Sciences Undergraduate Course at IFG Águas Lindas. The methodology of this work involved bibliographic and documental research and field work, based on participative observation, interviews and questionnaires. It was concluded that the course, although it did not work all the proposed contents, contributed to the formation of teachers as right-holders, aware of their importance in the promotion of the culture of human rights at school, by counting on the support of the institutional culture of the course and the methodology in tune with the assumptions of education in human rights.

**Keywords:** Teachers Training. Human Rights Education. Undergraduate Course. Biological Sciences.

- 
- 1 Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Sociologia. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7191979827128467>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5476-6031>. Email: [maraisa.lessa@ifg.edu.br](mailto:maraisa.lessa@ifg.edu.br)
  - 2 Graduando em Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4223660883279589>. ORCID: <http://orcid.org/0009-0007-9249-4827>. Email: [phillph.lucena.ifg@gmail.com](mailto:phillph.lucena.ifg@gmail.com)

## Introdução

A formação docente apresenta-se como um dos principais desafios para a implementação da educação em direitos humanos (EDH) na escola, pois o espaço escolar constitui um espaço profícuo para a promoção de uma cultura dos direitos humanos. Sabe-se, no entanto, que a escola reflete as contradições presentes na sociedade, de modo que ao tempo em que ela pode reforçar as desigualdades sociais, é capaz de fomentar processos de transformações sociais emancipatórios, por meio da formação de sujeitos(as) de direitos que busquem modificar as bases ideológicas da estrutura social. Para tanto, faz-se necessário formar docentes como sujeitos(as) de direitos comprometidos com um processo contra-hegemônico de transformação social, pois, conforme afirma Freire (2019, p. 37), “educação em direitos humanos, soa de forma diferente, de acordo com a compreensão política, ideológica, do professor”.

A partir do conceito de politicidade da educação em Freire (2019), reitera-se a importância de um processo formativo em que docentes se descubram como seres políticos e não apenas técnicos. É necessária a consciência de que a postura tecnicista não esvazia o caráter político da prática pedagógica, apenas contribui para a manutenção das desigualdades sociais. Para Freire (2019, p. 35):

A politicidade da educação exige que o professor [...] se saiba a favor de alguém ou contra alguém, a favor de algum sonho e, portanto, contra um certo esquema de sociedade, um projeto de sociedade. Por isso, então [...] exige do educador que seja coerente com esta opção.

O problema da politicidade da educação apresenta-se, portanto, como um grande desafio para a formação docente em direitos humanos na educação básica, especialmente no que se refere àqueles(as) das áreas de exatas e biológicas. As temáticas relacionadas aos direitos humanos são comumente delegadas às disciplinas de ciências humanas, como história e sociologia, fazendo-se necessário o envolvimento de toda a escola para a promoção de uma cultura dos direitos humanos. Segundo Carvalho (2007, p. 471), o “foco preferencial da formação continuada deve ser a cultura institucional e não a consciência individual do professor”, tornando o desafio ainda maior, ao requerer a implementação de políticas públicas que mobilizem toda a comunidade escolar.

Em sintonia com Tavares (2007, p. 487), partimos do entendimento que a formação docente é o primeiro passo para a implementação de ações na área de educação em direitos humanos, porém não se encerra nos estágios iniciais, por ser contínua. Esta formação, cujo objetivo é contribuir para a promoção de uma cultura dos direitos humanos, deve passar pelo aprendizado de conteúdos específicos na área dos direitos humanos, mas sobretudo ser coerente com as ações e atitudes do dia a dia. Nesse sentido, Candau (2008) aponta dois desafios para a formação de docentes em educação em direitos humanos: 1) tensão entre conteúdos específicos e o projeto educativo do curso como um todo, pois é importante que os direitos humanos não se reduzam a conteúdos específicos, mas seja impregnada em todo o processo educativo; e 2) tensão entre práticas individuais e coletivas que apontam para iniciativas específicas que caminham na contramão das práticas habituais da escola.

Estes dois desafios revelam a importância de ações de formação inicial atreladas a uma cultura institucional sintonizada com a proposta teórico-metodológica da educação em direitos humanos, no sentido de garantir uma coerência teórico-prática no processo formativo docente. A experiência da disciplina Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação em Direitos Humanos, ofertada no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas<sup>1</sup> do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, campus Águas Lindas (IFG Águas Lindas), pode contribuir com uma experiência empírica para reflexão sobre estes desafios.

1 O curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFG Águas Lindas foi criado em 2018 e conceituado com nota 5 (máxima) na avaliação do MEC realizada em 2022.

## Metodologia

O artigo ora apresentado visa refletir sobre a formação de docentes em direitos humanos, a partir da experiência do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFG Águas Lindas com foco, mais especificamente, na primeira experiência da disciplina Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação em Direitos Humanos, ocorrida no segundo semestre de 2022. Trata-se de um trabalho que tem em vista descrever e analisar a experiência da disciplina inserida no todo do curso, a partir do olhar da docente com base nas percepções discentes.

A metodologia do trabalho envolveu breve pesquisa bibliográfica com o intuito de identificar alguns desafios para a formação em direitos humanos, pesquisa documental sobre educação em direitos humanos no curso de licenciatura em Ciências Biológicas do IFG Águas Lindas e observação participante. Os dados encontrados foram problematizados a partir da bibliografia sobre formação de professores em direitos humanos.

## A EDH na Licenciatura em Ciências Biológicas do IFG Águas Lindas

Conforme o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos, a educação em direitos humanos deve ser um eixo norteador da educação básica e permear todo o currículo, de forma transversal e dialógica, entre os diversos atores da comunidade escolar, cabendo às universidades constituírem-se como pólos irradiadores da educação em direitos humanos, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Conforme consta no PNEDH (BRASIL, 2008, p. 38):

No ensino, a educação em direitos humanos pode ser incluída por meio de diferentes modalidades, tais como, disciplinas obrigatórias, optativas, linhas de pesquisa e áreas de concentração, transversalização no projeto político-pedagógico, entre outros.

No Projeto Político-Pedagógico de Curso (PPC) de licenciatura em Ciências Biológicas do IFG Águas Lindas, a educação em direitos humanos aparece nos objetivos específicos do curso, seja de forma indireta ou direta:

- fomentar princípios éticos baseados na igualdade e na justiça social, almejando o senso crítico a favor do desenvolvimento da sociedade;
- estimular o respeito às diversidades étnico-racial, sociocultural, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional e às pessoas com necessidades especiais e seus direitos;
- contribuir para a valorização e a conservação do meio ambiente, em sua constituição, forma e diversidade;
- promover reflexões críticas e ações transformadoras na realidade de Águas Lindas de Goiás, considerando as especificidades do território; e
- promover a formação em educação em e para os direitos humanos, de forma transversal nos componentes curriculares do curso, como disciplina optativa voltada para a formação de docentes na área, atividades de pesquisa e extensão em articulação com a comunidade.

No que se refere ao perfil do egresso e sua interface com os direitos humanos, o PPC prevê:

- pautar-se nos princípios de ética democrática, responsabilidade social e ambiental;
- primar pelo respeito à dignidade humana, com base nos direitos humanos, na justiça social, no diálogo, na solidariedade e na valorização da diversidade sociocultural;
- reconhecer e enfrentar formas de discriminação racial, social, de gênero, diversidade sexual etc. que se justificam, inclusive, em antigos pressupostos biológicos, posicionando-se diante delas de forma crítica com respaldo em pressupostos epistemológicos coerentes e na bibliografia de referência; e

- ser um profissional de educação consciente de seu papel para a formação de cidadania, pautada na garantia dos direitos civis, políticos, sociais e ambientais da coletividade, por meio da participação efetiva da comunidade em que está inserido.

Para atingir os referidos objetivos do curso e do perfil do egresso, são desenvolvidas ações de ensino, pesquisa e extensão que contribuam para a promoção de uma cultura de direitos humanos na escola. No âmbito da pesquisa, são realizados projetos de iniciação científica e trabalhos de conclusão de curso que versam sobre educação, inclusão e diversidade. Na extensão, os projetos Promotoras Legais Populares e Curso de Formação de Educadores e Educadoras em Direitos Humanos, implementados no IFG Águas Lindas, contam com a participação de licenciandos. No ensino, temáticas relacionadas aos direitos humanos aparecem com frequência nos projetos de Práticas como Componente Curricular (PCC), desenvolvidos todo o semestre sob a supervisão de um(a) docente orientador(a) de qualquer área do conhecimento. Além das PCCs, o curso oferta uma disciplina obrigatória sobre educação para as relações étnico-raciais na escola e Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação em Direitos Humanos como disciplina optativa para a integralização dos créditos do curso.

Com o exposto, é possível perceber que o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFG Águas Lindas prevê educação em direitos humanos tanto em seu documento normativo que é o PPC como na sua cultura institucional, formada por estudantes, adultos(as) trabalhadores(as) e docentes de diversas áreas do conhecimento. Segundo o coordenador do curso<sup>2</sup>:

[...] diferentemente das universidades em que há departamentos grandes com vários professores, formados no núcleo duro de pesquisa em biologia em uma época anterior em que não se falava em educação em direitos humanos (...) o desenho dos IFs, onde você tem na maioria das vezes apenas uma licenciatura dialogando com o eixo tecnológico do Campus, faz com que a licenciatura seja estruturada de maneira que professores de outras áreas, sobretudo de humanidades, ajudam no cotidiano do curso. (...) A partir daí, se cria uma cultura, mesmo dentre os professores da biologia, de conversarem com as outras áreas o tempo todo. Com isso um dos efeitos é que os direitos humanos aparecem mais nas produções do curso.

Neste contexto, a disciplina Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação em Direitos Humanos não pode ser considerada uma iniciativa isolada no âmbito do projeto pedagógico do curso e das práticas coletivas vivenciadas na cultura institucional do IFG Águas Lindas, constituindo mais uma possibilidade de aprendizagem acerca do papel da escola e do docente em relação às violações de direitos.

## **Proposta da disciplina Fundamentos Teórico-Metodológicos da EDH**

Consoante o PPC do curso de licenciatura em Ciências Biológicas do IFG Águas Lindas, o componente curricular Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação em Direitos Humanos é uma disciplina de caráter optativo, com 72 horas/aula de carga horária divididas em 36 horas/aulas com atividade presenciais e 36 horas/aula à distância pela plataforma *Moodle*.

A disciplina tem o objetivo sensibilizar os(as) estudantes para a importância da educação em direitos humanos no currículo escolar, bem como solidificar as bases para uma formação teórica e prática na área. Seus objetivos específicos são:

- discutir os fundamentos teóricos e epistemológicos dos direitos humanos e da educação

<sup>2</sup> Antônio Cláudio de Araújo Júnior é graduado em Biologia (UnB), Mestre em Ensino de Ciências (UnB) e Doutor em Educação em Ciências (UnB), com tese sobre formação de professores. Atualmente, é professor de Biologia do IFG Águas Lindas e coordenador do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

- em direitos humanos a partir de uma perspectiva crítica;
- discutir a importância da educação em direitos humanos para os processos democráticos e para o enfrentamento às violências estruturais presentes na sociedade brasileira; e
- fomentar o desenvolvimento de ações em educação em direitos humanos nas áreas de ensino, pesquisa ou extensão.

A ementa da disciplina, prevista no PPC, estabelece os seguintes conteúdos a serem trabalhados: fundamentos teóricos e epistemológicos dos direitos humanos; a importância da educação e da cidadania para os direitos humanos; fundamentos teóricos e metodológicos da educação em direitos humanos; história da educação em direitos humanos no Brasil; documentos nacionais e internacionais sobre educação em direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e educação em direitos humanos; educação em direitos humanos e diversidade na escola; e práticas curriculares, temas transversais, projetos interdisciplinares em educação em direitos humanos.

## **Experiência da disciplina Fundamentos Teórico-Metodológicos da EDH**

A disciplina Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação em Direitos Humanos foi ofertada pela primeira vez no IFG Águas Lindas em contexto bastante peculiar da história do Brasil - as eleições presidenciais de 2022 - onde o debate acerca da democracia e dos direitos humanos tornou-se central para a definição dos novos rumos do país. O avanço do conservadorismo no Brasil, institucionalizado com a eleição de Jair Bolsonaro como presidente em 2019, ameaçou e feriu os direitos humanos da população brasileira conquistados com a Constituição de 1988. Em Águas Lindas de Goiás o impacto ficou bem evidente, pois se trata de uma cidade-dormitório, situada no entorno do Distrito Federal, notadamente marcada pela insuficiência de políticas públicas sociais e clientelismo na sua cultura política, de modo que a oferta da disciplina passou a ser ainda mais necessária para refutar concepções distorcidas e reacionárias acerca dos processos democráticos e dos direitos das populações em situação de vulnerabilidade social.

Inserida neste contexto, a Licenciatura em Ciências Biológicas do IFG Águas Lindas é um curso noturno, inaugurado em 2018, constituído em sua maioria por mulheres, adultas e trabalhadoras, avaliado pelo Ministério da Educação (MEC) com nota 5 em 2022. A disciplina de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação em Direitos Humanos, em especial, teve apenas 12 matriculados, dos quais 11 concluíram, 9 eram mulheres e uma delas com mais de 40 anos, empregada doméstica egressa do curso de Educação de Jovens e Adultos do IFG. A aluna levava um bebê para as aulas, o que era sempre muito bem acolhido por toda a turma e motivo de bastante orgulho para a professora.

Em questionário aplicado às cursistas no final do curso, respondido por 6 pessoas, representando 50 por cento dos matriculados, foi possível perceber que todos os respondentes se veem como negro ou pardo, possuem mais de 22 anos e a metade deles entre está na faixa dos 25, 40 anos. Os motivos que os levaram a se matricular na disciplina Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação em Direitos Humanos foram a vontade de entender o que são direitos humanos e o horário da disciplina, apontado por três respondentes. Em segundo, necessidade de integralização dos créditos de disciplinas optativas, respondido por duas pessoas, e, por fim, apenas uma pessoa afirmou que se matriculou na disciplina para compreender o que é educação em direitos humanos, pois sabia o que era direitos humanos, mas não conhecia a sua relação com a educação.

A metodologia de desenvolvimento da disciplina previa atividades presenciais em sala de aula e à distância, na plataforma *Moodle*. Pretendia-se, inicialmente, abordar o que são os direitos humanos, em um segundo momento, os fundamentos da educação em direitos humanos e, por fim, temas específicos como Estatuto da Criança e do Adolescente, relações étnico-raciais, diversidade sexual e de gênero e educação inclusiva. Entretanto, por uma questão de tempo, não foram

discutidos todos os conteúdos propostos, apenas o que são os direitos humanos e os fundamentos da educação em direitos humanos. O que se percebeu, logo no início da disciplina, é que a maioria dos estudantes não teria disponibilidade de tempo para a leitura dos textos antes da aula, de modo que se optou pela leitura e discussão coletiva dos textos em sala de aula.

A disciplina buscou propiciar uma experiência prática de educação em direitos humanos entendida, conforme o PNEDH (BRASIL, 2008, p. 25) como:

[...] um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação de sujeitos de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão dos conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; c) a formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

Com base nesta concepção de educação em direitos humanos prevista no PNEDH e na experiência de formação de professores da Novamérica (CANDAU, 2008), foram adotados como eixos articuladores da proposta metodológica da disciplina: experiência cotidiana; resgate histórico; e prática educativa dialógica. À luz da teoria crítica dos direitos humanos, procurou-se olhar o passado para pensar o presente, valorizando relatos e oportunizando trocas de experiências entre estudantes. Dentre os temas mais abordados da disciplina, destacam-se as ideias difundidas pelo bolsonarismo em contexto de polarização eleitoral, racismo estrutural, direitos sociais da população pobre e os direitos humanos da população carcerária, desmistificando a ideia bastante difundida pelo senso comum de que os “direitos humanos estão a serviço de ‘bandidos’”. Buscou-se realizar uma reflexão coletiva sobre quem é este “bandido”, estigmatizado pelos meios de comunicação de massa: um sujeito, que tem uma família, uma classe social específica e, em sua maioria, negros, cujos direitos básicos foram negligenciados pelo próprio Estado ao longo de seu processo de socialização.

Como produto da disciplina, foi proposto aos estudantes o desenvolvimento de oficinas práticas sobre conteúdos das ciências biológicas em que a educação em direitos humanos fosse trabalhada de forma transversal. A turma se dividiu em grupos para pensar a transversalidade dos direitos humanos no ensino de ciências e de biologia. Cada grupo apresentou um plano de aula e executou a oficina com os colegas. Os direitos das mulheres foram transversalizados em uma oficina sobre educação sexual. O enfrentamento ao racismo foi abordado a partir da desconstrução do termo raça, utilizado por alguns autores antigos da biologia para justificar uma suposta superioridade de grupos sobre outros. O direito ao meio ambiente saudável foi trabalhado em uma oficina sobre saneamento básico. Após uma breve exposição dos planos de ensino e das temáticas abordadas, foram apresentados materiais interativos para que a turma pudesse compreender o conteúdo escolhido a partir da participação em atividades dinâmicas e lúdicas. Foram realizados jogos como bingo, memória e o manuseio de contraceptivos como instrumento pedagógico interativo, adequado à educação básica, para trabalhar a questão dos direitos humanos de forma transversal aos conteúdos de ciências e biologia.

No encerramento da disciplina houve a realização de um encontro de avaliação onde foi possível perceber que as discussões e atividades propostas contribuíram tanto para o processo de formação dos licenciandos como sujeitos de direitos como para despertar sobre a importância da escola e do professor de biologia para a promoção da cultura dos direitos humanos na sociedade. A disciplina e as oficinas contribuíram para que os futuros professores pudessem adquirir mais consciência dos seus direitos e da importância do seu trabalho para a promoção da cultura dos

direitos humanos na escola.

Os momentos de execução das oficinas foram muito ricos, pois os estudantes puderam alinhar o exercício docente da Biologia às teorias já estudadas acerca dos direitos humanos. Demonstraram proatividade, criatividade e dedicação, desde a idealização, discussão, execução e participação das oficinas dos colegas. Na avaliação da disciplina, foi possível perceber que a dinâmica das oficinas foi considerada um aspecto positivo da disciplina, pois puderam articular a questão dos direitos com a prática docente da biologia. Além disso, foi possível constatar que, antes da realização da disciplina, os estudantes não conheciam a importância dos direitos humanos para o trabalho docente e a cidadania. No que se refere às contribuições da disciplina para a formação enquanto cidadão, os estudantes demonstraram se tornarem mais atentos, empáticos e cientes de que os direitos humanos são para todos. Quanto à importância para a formação docente revelaram-se tornarem-se mais humanizados e abertos para levar assuntos polêmicos relacionados aos direitos humanos para a sala de aula.

A partir das percepções dos licenciandos, foi possível perceber que as principais contribuições da disciplina para os estudantes de Licenciatura em Ciências Biológicas foi em relação ao próprio processo formativo como sujeito de direitos e ao seu papel como docente de educação básica formador de consciência crítica de estudantes para o enfrentamento às violações de direitos, a partir de metodologias horizontais que valorizem o diálogo, a participação e a troca de experiências entre os estudantes, sem perder a dimensão histórica dos sujeitos coletivos que reforçam e/ou resistem a estas violações.

## Considerações Finais

A partir da experiência da disciplina Fundamentos Teórico-Metodológicos da Educação em Direitos Humanos no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFG Águas Lindas foi realizada uma breve reflexão sobre a importância e os desafios da formação de docentes em educação em direitos humanos no âmbito da educação básica.

Embora a disciplina não tenha abordado todos os conteúdos propostos, cumpriu um papel importante na formação docente: contribuiu para a constituição de profissionais como sujeitos de direitos, mais humanizados, abertos ao diálogo, capazes de transversalizar temáticas relacionadas aos direitos humanos nos conteúdos da Biologia. A cultura institucional aliada aos eixos articuladores da proposta metodológica da disciplina - experiência cotidiana, resgate histórico e prática educativa dialógica - contribuíram para o desenvolvimento das atividades sem tensões, de forma coerente aos pressupostos da educação em direitos humanos.

O desafio que se coloca a partir de então é a continuidade desse processo formativo iniciado na disciplina, mas que ainda carece ser aprofundado em outros espaços de formação de professores. Faz-se necessário também ampliar o número de interessados em cursar a disciplina ou até torná-la obrigatória, conforme sugeriu um respondente no questionário. A obrigatoriedade diminuiria os riscos de trancamento em virtude da quantidade de textos propostos, o que poderia contribuir para aprofundar o debate. Percebeu-se que apesar da relevância das discussões, estas se mostraram, ainda, bastante incipientes em relação ao universo de possibilidades inerentes ao debate acerca dos direitos humanos. Por ser o primeiro semestre de oferta dessa disciplina, a inexperiência da docente pode também ter sido um fator dificultador na condução das atividades de forma mais assertiva em relação aos conteúdos propostos. Ainda assim, o percurso formativo propiciado pela disciplina pode ser avaliado como positivo, embora seja possível aperfeiçoá-lo em um próximo semestre.

## Referências

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Educação em direitos humanos:** diretrizes nacionais. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2013.

CANAU, Vera Maria. Educação em direitos Humanos e formação de professores. *In:* CANAU, Vera Maria; SCAVINO, Suzana (Orgs.) **Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas.** Petrópolis: DP Alí, 2008.

CARVALHO, José Sergio de Fonseca. Uma ideia de formação continuada em educação e direitos humanos. *In:* SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* **Educação em Direitos Humanos:** fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Universitária, 2007.

FREIRE, Paulo. Justificando o novo título: direitos humanos e educação libertadora. *In:* FREIRE, Ana Maria Araújo; MENDONÇA, Erasto Fortes. (Orgs.) **Direitos humanos e educação libertadora:** gestão democrática da educação pública na cidade de São Paulo. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

TAVARES, Celma. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. *In:* SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* **Educação em Direitos Humanos:** fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Universitária, 2007.

Recebido em 12 de dezembro de 2022.

Aceito em 13 de fevereiro de 2023.